



## AGROECOLOGIA COMO UM NOVO LUGAR SOCIAL DE NEGAÇÃO PARA UM OUTRO PRINCÍPIO DE REALIDADE: EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA NO SÍTIO PARANÁ

## AGROECOLOGY AS A NEW SOCIAL PLACE OF NEGATION FOR ANOTHER PRINCIPLE OF REALITY: THE AGROECOLOGICAL EXPERIENCE AT THE PARANÁ FARM

Marcelo Barbosa<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-6858-8838>

Anadir Fochezatto<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-0095-4747>

**Resumo:** Este estudo tem a pretensão de abordar a importância e a necessidade da agroecologia para a soberania alimentar e política. Iremos inicialmente abordar pelo viés filosófico e pela perspectiva da teoria crítica a industrialização e a instrumentalização da agricultura por intermédio da revolução verde e seus efeitos na sociedade e na natureza. Abordaremos a agroecologia como um movimento dialético, que vincula sensibilidade e razão sem instrumentalizar a natureza, se diferenciando assim dos métodos convencionais de agricultura. Nossa discussão se sustentará fundamentalmente pela mediação da teoria crítica a partir dos conceitos de Herbert Marcuse. Por fim, apresentamos breve relato de uma experiência agroecológica iniciada em 2020 em parceria com o Sítio Paraná, localizado em Santa Helena Velha, onde produzimos hortaliças no sistema agroflorestal, escoando a produção junto de uma associação de produtores orgânicos. Esperamos, assim, indicar para a produção agroecológica, orientada por um outro princípio de realidade é viável, embora haja diversos desafios a serem enfrentados.

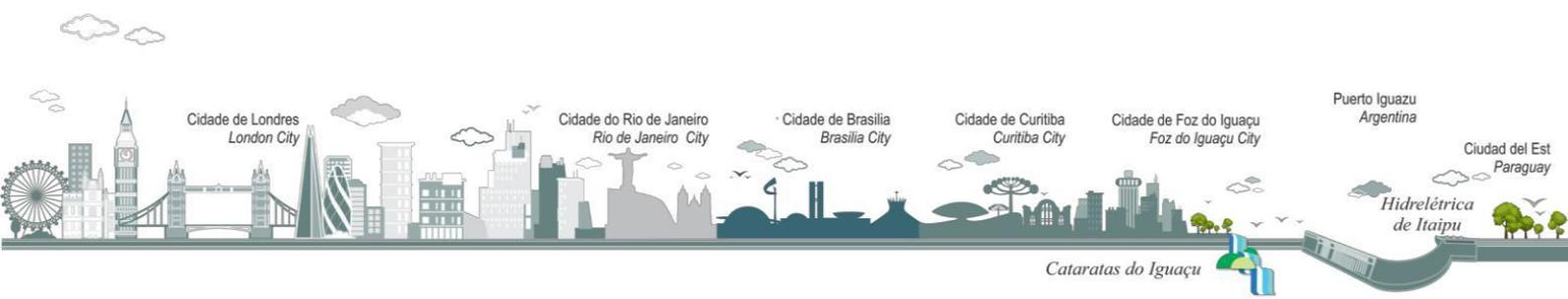
**Palavras-chave:** Agroecologia. Lugar Social Da Negação. Sítio Paraná.

**Abstract:** This article aims to address the importance and necessity of agroecology for food and political sovereignty. We will initially approach from a philosophical and critical theory perspective the industrialization and instrumentalization of agriculture through the green revolution and its effects on society and nature. We will approach agroecology as a dialectical movement that links sensibility and reason without instrumentalizing nature, thus differentiating itself from conventional agricultural methods. Our discussion will be sustained fundamentally by the mediation of critical theory based on Herbert Marcuse's concepts. Finally, we present a brief report of an agroecological experience initiated in 2020 in partnership with the Paraná Farm, located in Santa Helena Velha, where we produce vegetables in the agroforestry system, selling the production to an association of organic producers. We hope, thus, to indicate for agroecological production, guided by another reality principle is feasible, although there are several challenges to be faced.

**Keywords:** Agroecology. Social place of negation. Paraná site.

<sup>1</sup> Secretaria da Educação e do Esporte do estado do Paraná. Santa Helena, Paraná, Brasil. [barbosa\\_mondai@hotmail.com](mailto:barbosa_mondai@hotmail.com)

<sup>2</sup> Secretária de Educação e Cultura do estado do Paraná, Santa Helena, Paraná, Brasil. [anadirfochezatto@hotmail.com](mailto:anadirfochezatto@hotmail.com)





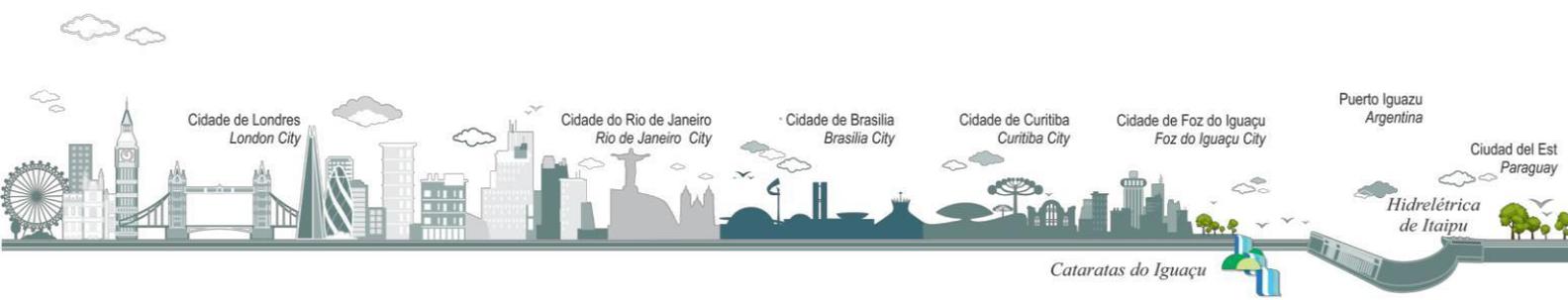
## INTRODUÇÃO

Este artigo tem a pretensão de abordar a importância e a necessidade da agroecologia para a soberania alimentar e política. Para tanto, iremos inicialmente abordar pelo viés filosófico e pela perspectiva da teoria crítica a industrialização e a instrumentalização da agricultura por intermédio da revolução verde e seus efeitos na sociedade e na natureza. Nesse processo, iremos abordar a agroecologia como um movimento dialético, que vincula sensibilidade e razão sem instrumentalizar a natureza, se diferenciando assim dos métodos convencionais de agricultura.

Dessa maneira, iremos demonstrar aqui como a agroecologia, além de ser a negação da agricultura industrial moderna e capitalista - que iremos tratar como princípio de desempenho que é princípio de realidade hegemônico na atualidade - é também um novo lugar social de negação, possibilitando assim o surgimento de uma realidade qualitativamente diferente - um novo princípio de realidade, discutindo a relação entre filosofia e agroecologia. Nossa discussão filosófica se sustentará fundamentalmente pela mediação da teoria crítica a partir dos conceitos de Herbert Marcuse, filósofo que viveu entre 1898 e 1979, pertencente à Escola de Frankfurt que, juntamente com outros pensadores, se caracterizaram pela problematização da cultura de massa e a instrumentalização da razão.

O primeiro conceito de Marcuse que trataremos nessa discussão será o de Princípio de Desempenho, que se refere a um princípio de realidade dominador e opressor, baseado nos fundamentos do princípio de realidade freudiano, o qual controla a libido e desenvolve no homem uma segunda natureza, artificial e opressora. Desse modo trataremos aqui a agricultura convencional e o agronegócio como parte fundamental e expressão desse princípio de desempenho, pois este modelo de agricultura instrumentaliza não só a razão, mas também da natureza, procurando reproduzir exclusivamente resultados quantitativos num sistema de concorrência e desempenho generalizado.

Além disso, este modelo de agricultura, cria uma realidade, ou um princípio de realidade unidimensional, ou seja, seu discurso é fechado e segue uma lógica de dominação que não reconhece nada que não se submeta à sua dinâmica. Podemos também observar que seu argumento é autoritário e enganador, no sentido de que se autointitula produtor de



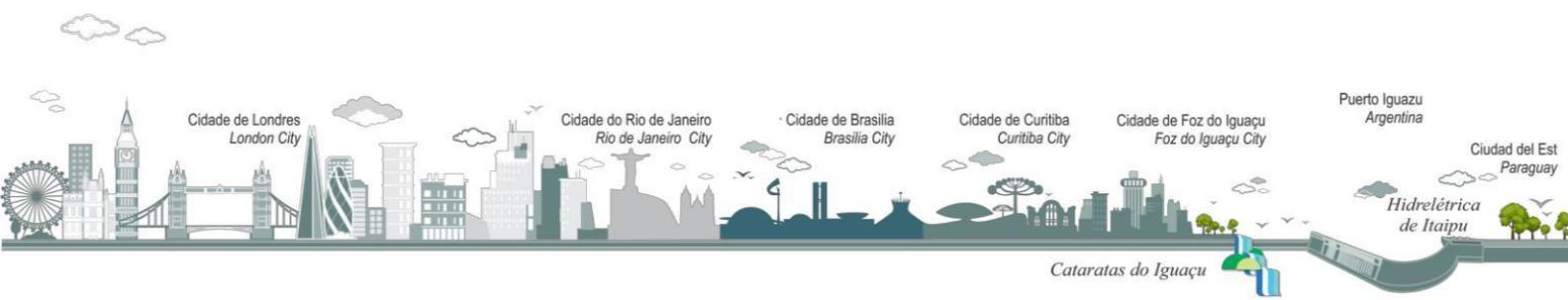


alimentos, quando é produtor de capital financeiro e está solapando justamente as condições ambientais necessárias para a produção de alimentos. É também detentor das principais tecnologias, pois é controlado pelas gigantes transnacionais de tecnologia e de insumos, ao passo que, no contexto nacional, levanta a bandeira do patriotismo e do bem-estar da população, quando na verdade é agroexportador e transfere dados de produção e de solo para plataformas de corporações imperialistas.

A agroecologia, por isso, se apresenta como um novo lugar social de negação que busca um novo princípio de realidade. Mas o que isso quer dizer? Para Marcuse, o capitalismo, e aqui entendemos também o agronegócio como uma de suas expressões, apesar de se apresentar como totalidade do que existe, são, na verdade um todo-parte (SCHÜTZ, 2012), ou seja, se estabelece como um todo social determinado que não pode ser confundido com toda a realidade. A agroecologia, junto de outros movimentos não conformistas, se opõe a este modelo sinalizando que modos de vida, qualitativamente diferentes, são possíveis sendo que, inclusive, implicar na oposição/negação do todo-parte estabelecido.

Mas porque novo lugar social de negação? Marcuse revitaliza o conceito de *práxis* e de classe, argumentando que, no capitalismo atual, se ampliou o conceito de trabalho produtivo e por isso hoje, a exploração do trabalhador não está exclusivamente no chão de fábrica. O capitalismo atual estendeu a dinâmica da mais-valia para o interior do indivíduo, o indivíduo passa a ser explorado na sua essência, enquanto “produz felicidade”. A agroecologia, entendida como um novo lugar social de negação, indica para a possibilidade de superação dessa instrumentalização, apontando para a superação das coisas desnecessárias e pré-fabricadas do consumismo e da relação instrumental com a natureza, típica do agronegócio. Ela busca assim, uma transformação e um resgate cultural da consciência e da sensibilidade no processo de trabalho e de lazer, dentre outros aspectos desprezados e reprimidos pela lógica do princípio de desempenho.

Nesse sentido, pretendemos mostrar o quanto a agroecologia é fundamental para a soberania alimentar e política, observando o quanto é falsa a noção antropocêntrica de progresso que separa a natureza do homem que está na base da agricultura industrial moderna. Desse modo, entendemos a agroecologia como um método de agricultura técnico e social, que resgata saberes que foram destruídos e/ou bloqueados/represados pela





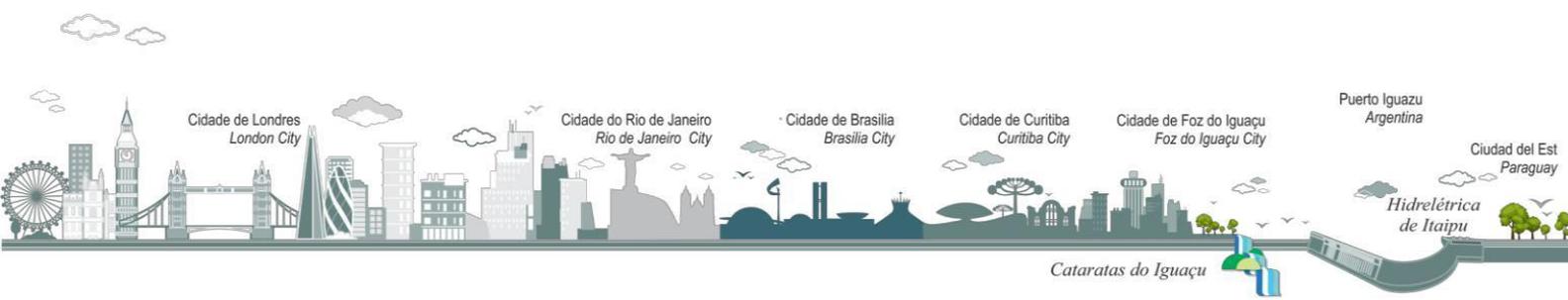
Revolução Verde e pela noção tecnicista de progresso, incorporando assim outros conhecimentos científicos, tecnológicos e sociais. Diferente do que se propaga por aqueles que querem unidimensionalizar o campo pela monocultura mecanizada, a agroecologia não é saudosista do sofrimento do trabalho e da enxada, ao contrário, o que se identifica é uma ausência de políticas públicas e de desenvolvimento tecnológico acessível para os agricultores agroecológicos. E essas políticas se legitimam justamente na medida em que se referenciam na lógica produtivista do princípio de desempenho: estabelecer e explicitar referências qualitativamente diferentes poderá, inclusive, criar parâmetros para as demandas tecnológica e para políticas públicas adequadas.

Por fim, apresentamos breve relato de uma experiência agroecológica iniciada em 2020 em parceria com o Sítio Paraná, localizado em Santa Helena Velha, onde produzimos hortaliças no sistema agroflorestal, escoando a produção junto de uma associação de produtores orgânicos. Esperamos, assim, indicar para a produção agroecológica, orientada por um outro princípio de realidade é viável, embora haja diversos desafios a serem enfrentados.

## ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Este relato é parte de um projeto de pesquisa bibliográfica e de campo em desenvolvimento no âmbito da agroecologia. A pesquisa bibliográfica, resultado e continuidade da pesquisa de mestrado realizada entre os anos de 2016 e 2018 no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Unioeste, tem como objetivo a aproximação da questão agrária brasileira e da teoria crítica marcuseana, demarcando a agroecologia como um potencial social de negação ao desenvolvimento agrário industrial e de solução para a produção de alimentos.

A pesquisa em campo, desenvolvida no cotidiano de trabalho no Sítio Paraná, busca evidenciar as possibilidades de produção de alimento e renda em uma pequena propriedade rural. Essa experiência serve de referência prática a ser confrontada com a perspectiva proposta de modo a que resulte daí uma elaboração teórica que seja simultaneamente uma contribuição com o debate agroecológico e renovação da teoria.





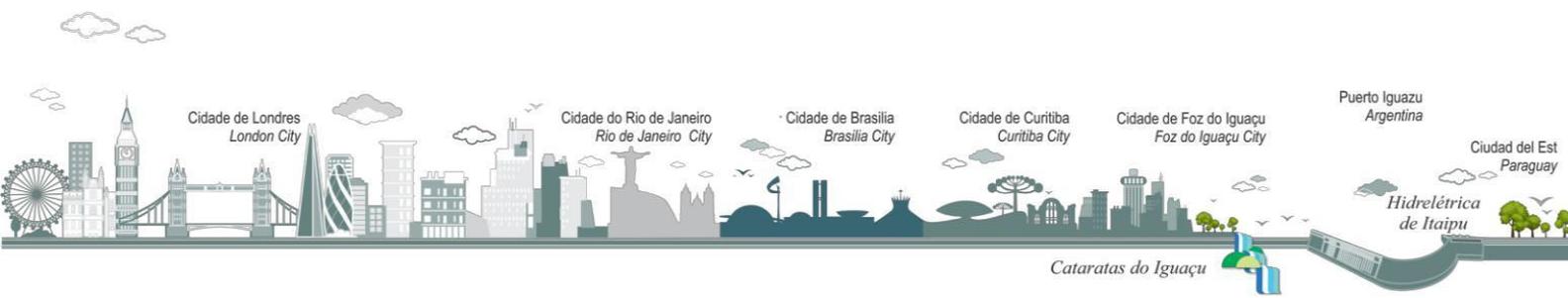
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Instituto de Pesquisa Social – Institut fuer Sozialforschung destacado como Escola de Frankfurt, foi criado em 1923 vinculado à Universidade de Frankfurt e desenvolvia pesquisas no campo da tradição marxista, essencialmente em relação ao movimento operário e as mudanças estruturais na organização do sistema capitalista e a sua relação com a força de trabalho. Passou também a ser conhecida como sinônimo de Teoria Crítica, é composta por pensadores que deram forma a uma teoria social, referendada principalmente em Karl Marx, que se opunha à teoria tradicional. Seus pensadores estavam engajados nos movimentos político-sociais das décadas de 60 e 70, época de expressões explícitas da revolta que se estendia diante da situação de opressão.

Herbert Marcuse pretende, a partir da tradição marxista, entender o bloqueio à emancipação e ao fazer um diagnóstico da época, encontrar e contribuir para liberar os potenciais emancipatórios bloqueados. Em seus aspectos diagnosticados está a constatação da profunda mudança do sistema capitalista desde Marx até a nossa época, sendo um desses aspectos a mudança da composição do proletariado, causando consequências importantes na compreensão da consciência de classes. Uma delas estaria no núcleo das relações econômicas capitalistas, onde ocorreu uma simbiose entre as forças produtivas e as relações de produção.

A fim de realizar o seu intento teórico, Marcuse extrai da psicanálise freudiana, especificamente, na sua contraposição entre o Princípio de Prazer e o Princípio de Realidade, uma nova forma de alienação, que conceituou como Princípio de Desempenho e de como este é compreendido pelo papel atuante de uma mais-repressão, que controla a sensibilidade dos indivíduos. Marcuse salienta que há uma repressão controladora que excede a repressão básica cultural e resulta no Princípio de Desempenho, ela se torna expressão específica do princípio de realidade da sociedade capitalista. Afirma, por isso, ser necessário surgir um novo princípio de realidade pela constituição de uma sensibilidade diferenciada e pela mudança de consciência, fazendo surgir uma nova forma negadora da ordem social vigente.

O Princípio de Desempenho representa a forma histórica predominante do princípio de realidade, é ele que orienta o indivíduo reprimido e organizado biologicamente, a fim de mantê-lo dócil e adaptado ao sistema, “em todas as dimensões do trabalho e do lazer controla





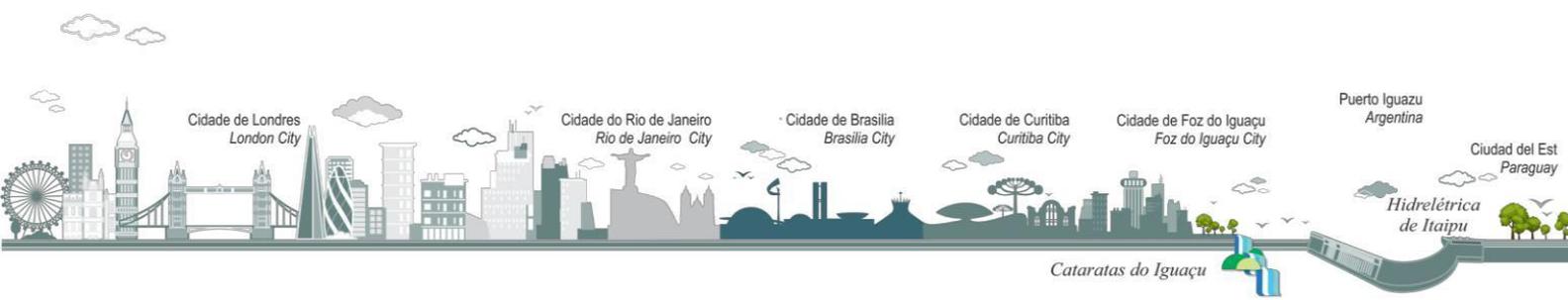
a população subjacente, através dos bens e serviços que fornece através da maquinaria política, militar, policial de assustadora eficiência” (MARCUSE, 1975, p. 16).

No momento em que ultrapassa a repressão básica (que nos possibilita viver em sociedade), o Princípio de Desempenho é apresentado falaciosamente como a realidade, restringindo os processos culturais e garantindo a convivência pacífica entre os indivíduos nos limites da sua dinâmica. O Princípio de Desempenho cria o que Freud chamou de “tendência no sentido da estabilidade”, (MARCUSE, 1975) ou seja, procura estruturar os instintos dos indivíduos, mantendo uma concepção dualista entre prazer e realidade, mantendo a constância de excitação entre agradável e o desagradável num nível que não põe em questão a estrutura social e que justifica como necessários diversos processos de opressão e exploração social e ambiental. Identificar, articular e potencializar elementos da realidade que indiquem para uma mudança qualitativa em relação a esse princípio seria um dos principais desafios teórico-críticos da atualidade.

Por isso, tentaremos mediar estes conceitos com a agroecologia e o agronegócio. Tomemos a agroecologia como “um método, um processo de produção agrícola - animal e vegetal - que resgata os saberes que a ‘revolução verde’ destruiu ou escondeu” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 36). A Revolução Verde, que tem como seu sucessor o agronegócio, foi e é, em síntese, a tática política do capital de introduzir o capitalismo no campo, e assim gerar fonte de reprodução de capital nos países periféricos a partir da agricultura. Conhecida também como modernização conservadora, é gerida explicitamente pelo capital financeiro e controlada por um pequeno grupo de multinacionais que detém patentes de sementes, produção de fertilizantes e agrotóxicos.

O agronegócio não tem futuro e faz parte da ‘bolha econômica artificial’. Porque agride o ambiente, conspira contra a biodiversidade, despreza as externalidades ambientais, gera uma perversa concentração de renda e de terra e marginaliza o campo, aumenta a marginalidade urbana, é energeticamente deficitário, falta-lhe conduta ética (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 36-37).

Nessa livre interpretação que fizemos de Marcuse, temos o agronegócio como um princípio de morte, pois ele atua como uma mais-repressão do princípio de desempenho capitalista: muitos dos sacrifícios que ele prega como supostamente necessários para o desenvolvimento da civilização (uso de agrotóxicos, desmatamento, monocultura, etc) são,





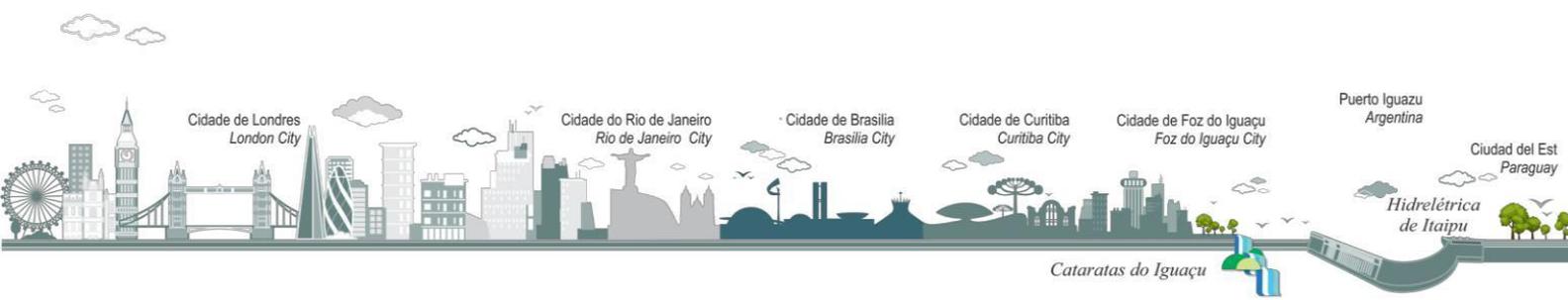
na verdade mais-repressão, que serve apenas para legitimar sistemas de opressão e dominação que, inclusive, bloqueiam o desenvolvimento civilizacional humano e ambiental.

No sentido que se impõe como um todo-parte (SCHÜTZ, 2012) com pretensões de dominação absoluta: uma bolha econômica artificial que controla, pela monocultura e pelo capital financeiro, as terras agricultáveis no mundo ao mesmo tempo que degrada o meio ambiente, batendo recordes quantitativos de produção, mas, simultaneamente, espalhando fome e miséria.<sup>3</sup>

Percebe-se que pelo menos nos últimos 50 anos, o modelo do agronegócio influencia e difunde sua intenção monopolizadora no ensino, na pesquisa, na extensão agrícola e, principalmente, tem como principal aliado a mídia, que trata com louvor o assunto da agricultura industrial, representando desse modo, um projeto de sociedade. Essa constante devoção resulta em um saber dominante e ideológico de controle econômico e territorial, mistificando seus resultados exclusivamente financeiros e quantitativos como resultados qualitativos e de produção de alimentos, atribuindo argumentos difamatórios à agroecologia. Em contrapartida, entendemos a agroecologia como um movimento dialético, tendo a heterogeneidade como seu estado dinâmico vital, enquanto o agronegócio com sua homogeneidade tende à morte. Ou seja: trata-se de expressões de dois projetos de sociedade qualitativamente distintos.

Com base nisso, pode-se afirmar que a dominação da ciência pela ideologia instrumental da razão é um problema a ser enfrentado do ponto de vista da agroecologia, uma vez que “a ciência se autoproclama decisiva, mas se torna imperial quando reduz a agricultura à pura aplicação de leis científicas e busca padronizar, prever, quantificar, planejar e controlar as práticas agrícolas” (PLOEG, 2016, p. 143). Nesse sentido, a ciência, quando controlada pelo princípio de desempenho, vende uma falsa ideia de progresso, mantendo a agricultura sob o controle de impérios alimentares, que funcionam como uma mais-repressão, vendendo a ideia de alimentar o mundo com variedades, quando na verdade tornam a alimentação artificial a partir de uma matéria prima comum, enquanto controlam setores da agricultura. Seria, pois, necessário buscar

<sup>3</sup>Para saber mais consulte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-25/arroz-quebrado-bandinha-de-feijao-e-ossos-de-boi-vao-para-o-prato-de-um-brasil-que-empobrece.html>  
<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/moradores-de-fortaleza-coletam-alimentos-de-caminhao-de-lixo/>. Acesso em: 23 fev. 2022.





também uma ciência e um técnica qualitativamente diferenciadas. Nossa convicção é de que nas experiências de produção agroecológica já se anunciam diversos elementos para a formulação de novas perspectivas científicas e tecnológicas.

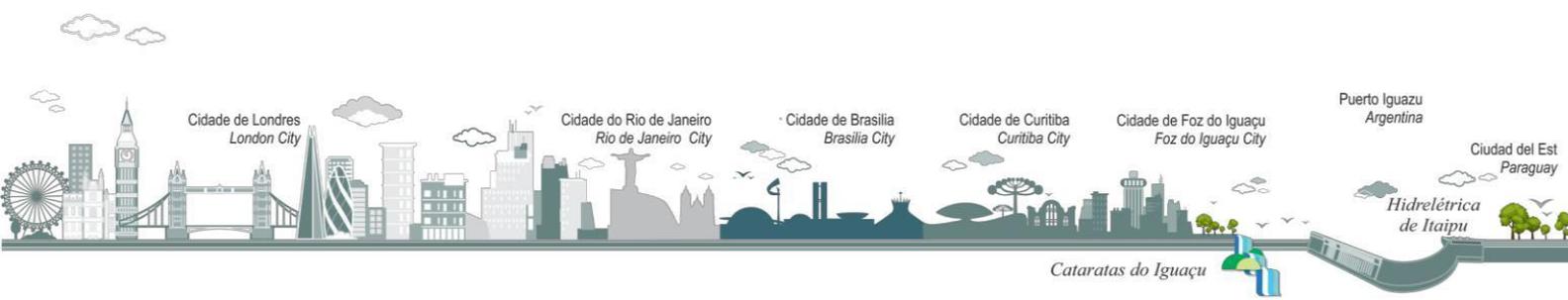
## RELATO DA EXPERIÊNCIA DO SÍTIO PARANÁ

A ocupação e mecanização da área de terra onde atualmente se localiza o Sítio Paraná teve início na segunda metade dos anos de 1960. A Mata Atlântica foi substituída por culturas agrícolas, culminando com o predomínio da monocultura de soja e milho na década de 1990. O Sítio Paraná constitui-se num projeto influenciado pelos princípios da Agroecologia, ocupando um espaço territorial de aproximadamente 1 hectare, situado no Município de Santa Helena, Extremo Oeste Paranaense, na beira do Lago de Itaipu.

Surge motivado pela ânsia intuitiva de uma mulher, professora, filha de agricultores familiares, atingidos por Itaipu, cuja perspectiva filosófico-política não se alinha com o modelo de produção agrícola hegemônico. O pontapé inicial do projeto foi deflagrado com o adoecimento dos pais (alzheimer e câncer). Dessa forma, a reflexão proposta pelo Sítio Paraná também perpassa a negação do veneno e demais práticas predatórias utilizadas pelo modelo de produção do agronegócio que se baseia na monocultura e uso intensivo de insumos tóxicos para o ambiente e para a saúde humana.

No final do ano de 2016, foi realizado o primeiro contato com a Biolabore (Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná), entidade financiada pela Itaipu Binacional, que presta serviço de assistência técnica para os pequenos produtores da região oeste do Paraná e fomenta a produção agroecológica e o desenvolvimento sustentável, com a finalidade de além de buscar assistência especializada iniciar uma aproximação com os demais agricultores familiares.

Após a colheita da soja, em janeiro de 2017, foi demarcada a área que seria protegida. Em seguida, para afastar a plantação convencional da moradia e proteger a área, teve início a implantação de barreira verde. Nos espaços internos à barreira, onde anteriormente havia monocultura de soja e milho, foi implantada adubação verde com o objetivo de descompactar e recuperar o solo. O projeto nasce sustentado em dois pilares principais que norteiam o desenvolvimento das ações realizadas no contexto do Sítio Paraná, sendo esses pilares, a





agroecologia e a educação, conforme relata-se a seguir.

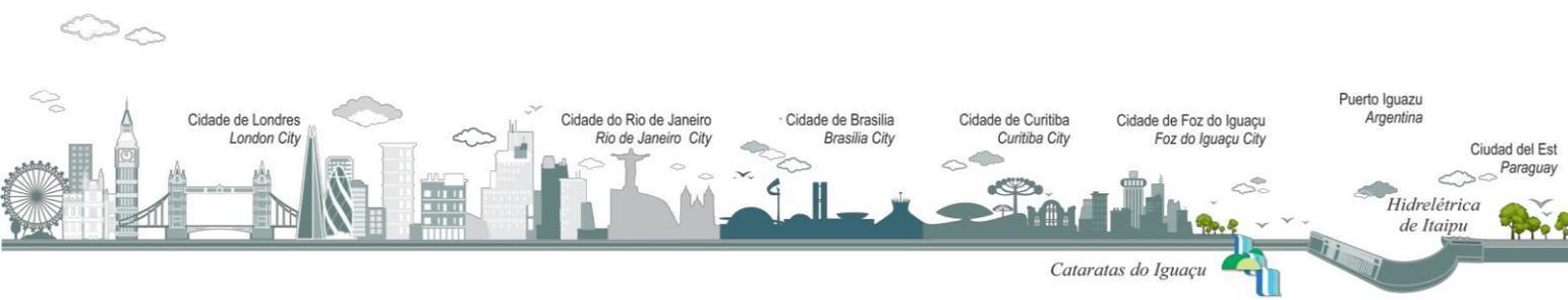
Até a década de 1980, paralelamente à monocultura, ainda se mantinha o costume de cultivar na propriedade uma variedade significativa de produtos utilizados na alimentação da família. Entre eles, amendoim, pipoca, feijão, abóbora, mandioca, batata-doce, alho, cebola, ervilha, laranja, uva, melancia, melões, vergamotas, lima, banana, arroz, cenoura, pimentões, beterraba, rabanete, verduras variadas, muitos sazonais e outros, como cebola, alho, feijão, pipoca, produzidos em quantidade suficiente para durar o ano todo. Com a expansão do agronegócio e sua política de reduzir o esforço do trabalho, as áreas para produção de gêneros alimentícios dentro da propriedade também foram cada vez mais sendo reduzidas.

A produção de alimentos consiste numa das atividades humanas mais fundamentais, pois implica diretamente na sobrevivência da espécie. Dessa forma, a comida também é sinônimo de vida ou de morte, de saúde ou de doença, dependendo do modelo de produção utilizado. Sabemos que a produção de alimentos fomentada pelo sistema capitalista é sustentada e dependente do uso de diversos insumos industriais, a maioria deles perniciosos à saúde e ao meio ambiente, portanto contra a vida e de caráter necrófilo. Diante disso, entende-se a produção agroecológica como expressão biófila de produção de realidade, uma vez que pensa a alimentação como promotora da saúde e da vida.

Concomitantemente à produção agroecológica o projeto do Sítio Paraná, tem interesse educativo nessa relação entre homem e natureza, a qual acreditamos deva ser dialógica e recíproca, pois não somos seres desvinculados dela. Em setembro de 2018 recebemos o Prêmio Televisando, num concurso promovido pelo Instituto GRPCOM e RPC televisão, por uma prática pedagógica realizada na Escola Municipal

Anita Garibaldi, localizada no Distrito de Vila Celeste, cerca de 9 quilômetros do Sítio. A prática foi considerada uma das 10 melhores do Estado do Paraná naquele ano e abarcou diversas ações dentro de um projeto que teve como título O Uso dos Agrotóxicos e a Ética na Produção de Alimentos, Impactos Ambientais e para a Saúde Humana. A prática pedagógica teve como principal objetivo promover uma reflexão acerca da nossa realidade enquanto região agrícola. Com isso queremos demonstrar que o viés educativo e pedagógico do nosso projeto se expande para além dos 1 hectares que ocupamos fisicamente.

Antes da pandemia o espaço vinha sendo organizado para receber escolas municipais





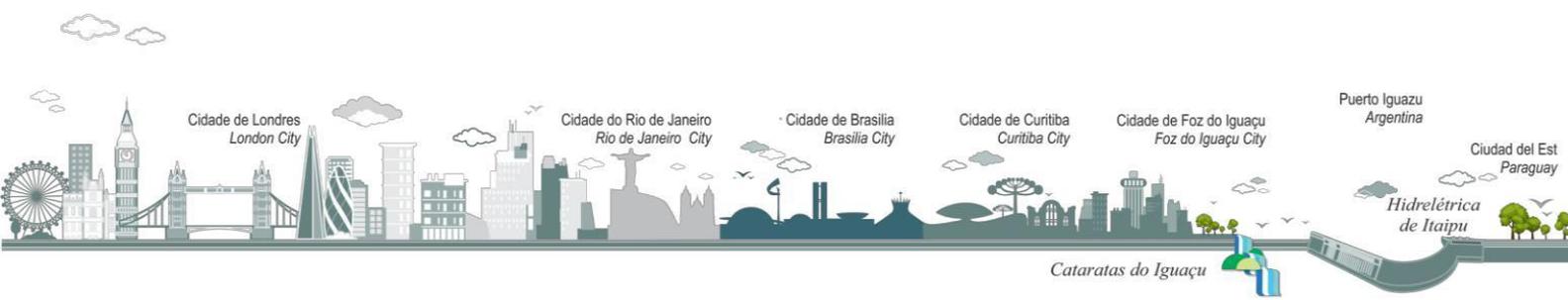
e estaduais para promover o contato e a familiarização dos alunos com as práticas agroecológicas, com a fauna e com a flora. Em 2019 e início de 2020, antes das medidas protetivas relacionadas ao surto pandêmico restringir nossas relações, recebemos a visita de grupos de alunos e professores vinculados aos cursos de Agronomia, e Ciências Biológicas da UTFPR – campus de Santa Helena, sendo um dos grupos um projeto de extensão cuja finalidade era a observação de pássaros e mapeamento de espécies de aves.

Conjuntamente, nesse contexto de produção relacionada à educação temos o propósito de estabelecer uma relação dialógica com o bioma local (Mata Atlântica) no sentido de conservação, preservação e mapeamento. Procuramos deixar crescer algumas espécies de plantas nativas como embaúba (*Cecropia peltata* L.), fumeiro bravo (*Solanum mauritianum*), grandiuva (*Trema micranta*), maria-pretinha (*Solanum americanum*), alecrim do campo (*Baccharis dracunculifolia*), entre outras que servem de alimento para as aves e auxiliam na regeneração do solo. Vinculada a essa ação, no final de 2020 iniciamos o preparo de uma área para implantação de uma agrofloresta com frutíferas nativas, que futuramente além de ser uma alternativa de renda propiciará alimentação farta às inúmeras espécies de aves que frequentam a propriedade.

Além das práticas internas ao Sítio Paraná, e cientes da importância da organização coletiva buscamos estabelecer relação com outros projetos e agricultores familiares, cujas práticas alinham-se aos princípios agroecológicos. Internamente, procuramos desenvolver parcerias para realização de algumas atividades como vivências, cursos, oficinas e mutirões. Promovendo acesso ao conhecimento e abertura do espaço para troca de experiências. O objetivo dessas parcerias é de unir forças com projetos afins que já acontecem na região no sentido de promover fortalecimento coletivo.

Desde 2017 até o final de 2020 a realização do trabalho se deu com o pagamento esporádico de diaristas e trabalho voluntário de amigos ou realização de mutirões. Igualmente, as parcerias mencionadas no parágrafo anterior, além de propiciarem acesso ao conhecimento, também tiveram como objetivo sanar algumas demandas (implantação de agrofloresta) e arrecadar recurso para pagamento de diaristas. Já, no ano de 2021, foi realizado outro modelo de parceria para produção de hortaliças, raízes e tubérculos, de janeiro a dezembro.

Já, em âmbito municipal, em 2019, com a orientação técnica da Biolabore foi formado





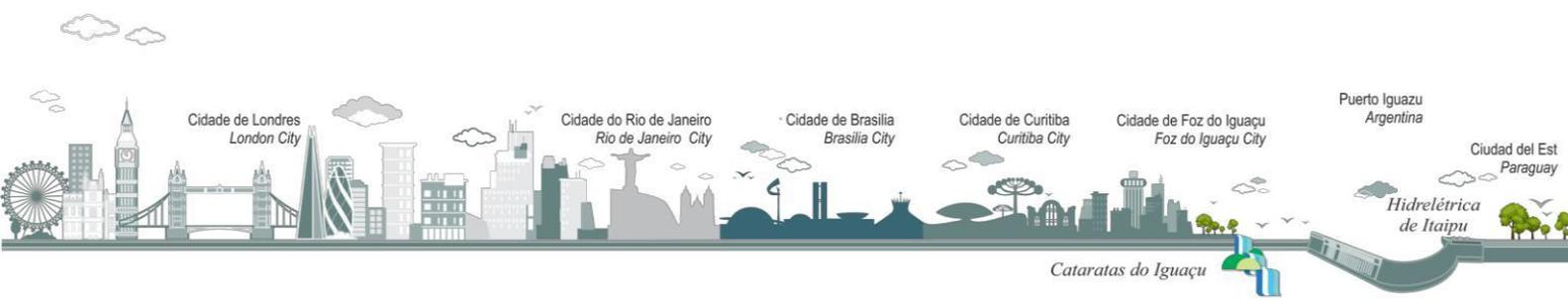
o Grupo Vida Orgânica que reuniu 12 famílias com interesse na produção orgânica. A partir de então, teve início o processo para a certificação orgânica participativa, junto à Rede de Agroecologia Ecovida. O processo que era para ter sido concluído em agosto de 2020, em função da pandemia durou 2 anos, sendo concluído em maio de 2021. Durante esse período as famílias candidatas à certificação tiveram a oportunidade de adequar suas práticas e implantar barreira verde no entorno do espaço destinado à produção orgânica. Das 12 famílias apenas 8 certificaram, por diversos motivos as demais desistiram de certificar.

Propor-se a desenvolver um projeto como esse, além das inúmeras possibilidades, implica também em grandes desafios. Para o Sítio Paraná, a sustentabilidade econômica e recurso humano para colocar em prática as atividades e solucionar as demandas, são os principais limites, visto que a unidade familiar é composta por apenas uma pessoa, sendo ela mulher e trabalhando 40 horas semanais como professora na rede municipal de ensino.

Outra dificuldade tanto para o Sítio Paraná quanto para a agricultura familiar e orgânica municipal, consiste na falta de incentivo público para a instrumentalização tecnológica da unidade de produção e dessa forma facilitar o trabalho. A nível municipal identificamos incentivos diversos para a produção em grande escala, no entanto os investimentos para a pequena produção e ou produção agroecológica, são irrisórios.

Também, a produção agroecológica, bem como a agricultura em geral é dependente de fatores naturais como condições climáticas (geadas, crise hídrica), a qualidade do solo e até equilíbrio do ecossistema. Nos meses frios, muitas vezes, como no ano de 2021 se perde parte da produção em função das geadas, como foi o caso do Sítio Paraná que perdeu a produção de bananas e nos meses de dezembro e janeiro o forte calor e a falta de chuvas praticamente impedem a produção olerícola. Em relação ao desequilíbrio do ecossistema, atualmente a região de Itaipu enfrenta uma invasão de formigas cortadeiras que muitas vezes destroem a produção, sendo esse um também limitante.

Durante o ano de 2021, uma demanda importante apresentada pelos membros do Grupo Vida Orgânica foi a questão da comercialização da produção. Alguns fatores, além da falta de experiência, implicam nessa dificuldade. Primeiro, a maioria da população ainda não tem o hábito de consumir produtos orgânicos, de um lado, por falta de conhecimento sobre a problemática da contaminação dos alimentos e por outro lado achar que os alimentos





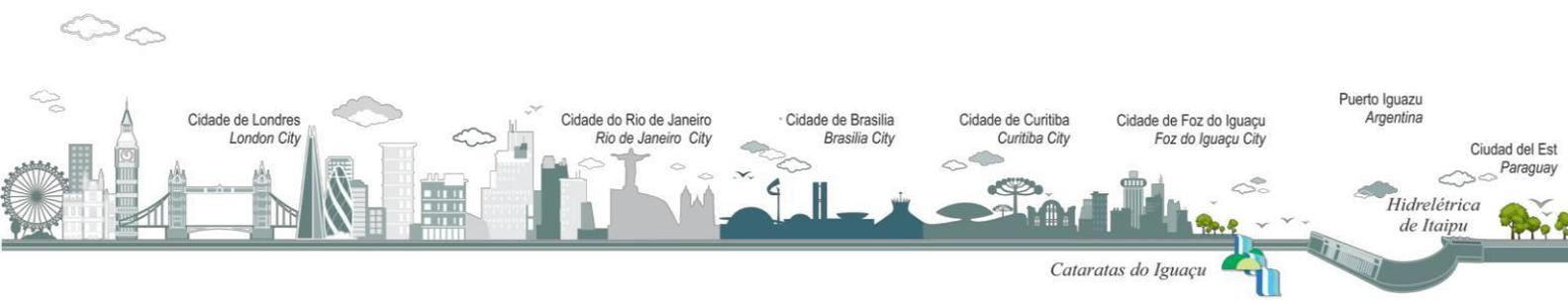
orgânicos não são acessíveis à classe trabalhadora. Também em consequência da falta de procura da população por esses produtos, os supermercados convencionais resistem a adquirir a produção pagando o valor de produto orgânico ou até de adequarem suas prateleiras para expor esses produtos. Diante dessa necessidade, primeiramente, no final de julho de 2021 um projeto de delivery de Cestas Orgânicas que vinha sendo realizado desde 2019 pelo Sítio Paraná, passou a ser um projeto coletivo, incluindo todos os produtores do grupo. Em meados de outubro de 2021, outro canal foi conquistado, a entrega para merenda escolar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através de edital público municipal. Além disso, outros canais de comercialização utilizados por alguns membros do grupo são feira de produtores, supermercados, restaurantes e lanchonetes.

Em âmbito mais abrangente, o Grupo Vida Orgânica também se movimenta no sentido de buscar diálogo com o poder público, com intuito de fazer conhecer o trabalho que vem sendo desenvolvido, sua importância para a alimentação e saúde humana e conservação ambiental, bem como para tensionar a administração pública no sentido da criação de políticas públicas de fomento à instrumentalização tecnológica da unidade de produção - fomento para agroindustrialização de produtos, irrigação, entre outros. No início de 2020 o grupo reuniu-se com o prefeito municipal, em meados de 2021 com vereadores e na segunda metade de 2021 com os secretários de agricultura e de desenvolvimento econômico.

Por fim, a atuação do Sítio Paraná no ano de 2021 se deu ativamente também na revitalização da Associação Municipal dos Pequenos Produtores de Santa Helena (AMPAS), que desde 2012 estava negligenciada, contando com várias pendências fiscais e contábeis. Foi realizado um trabalho específico e intenso para recuperar Associação. Todas essas ações tanto do Sítio Paraná quanto do grupo de produtores certificados provocam certamente um impacto social local, à medida que o conhecimento da agroecologia e da produção orgânica vão sendo divulgados e a população em geral vai tendo acesso a essas informações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A defesa da agroecologia como um novo lugar social de negação, tem o potencial não somente de propor soluções aos problemas sociais como o desemprego e superpopulação urbana



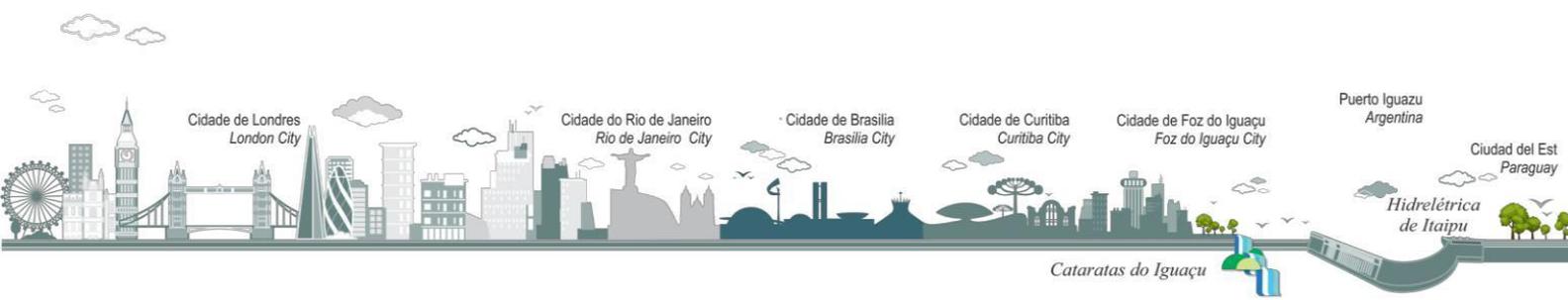


ao reivindicar uma reforma agrária popular, mas também e por consequência, garantir soberania alimentar com alimentação saudável, orgânica e de qualidade. Além disso, a agroecologia rompe com a ideia de instrumentalização da razão, atribuindo a ela uma outra função, ou melhor, resgatando a sensibilidade humana integral e a dimensão orgânica e viva da natureza e, desse modo, atribuindo critérios qualitativamente diferenciados ao pensamento técnico.

A agroecologia possui uma sensibilidade estética, sua percepção sobre a agricultura é de certo modo intuitivo, não uma receita pronta, cada agricultor interage e vive seu modelo agrícola, sua relação cognitiva é obtida pela afetação e pela observação de cada cultura que cultiva num ambiente ecológico específico. Essa perspectiva não implica em uma relação simplista ou romântica do uso da terra, mas um resgate da afetação do homem com a natureza, que implica na superação do distanciamento da agricultura instrumentalizada por receitas de insumos químicos.

Portanto, tomamos a agroecologia também como um impulso lúdico, pois, ao se afastar da agricultura industrial, está livre de “coações, externas e internas, físicas e morais - quando não é reprimido pela lei nem pela necessidade” (MARCUSE, 1975, p.167), podendo viver o mundo da exibição. Nesse sentido, pelo viés teórico crítico a agroecologia é um lugar social de negação pois, muitas vezes, “as forças negadoras que rompem e levam a uma nova etapa as contradições que se desdobram em um sistema se desenvolvem no interior desse sistema” (MARX apud SCHÜTZ, 2012, p.103). A agroecologia, como lugar social de recusa, protesta contra a repressão desnecessária, nesse caso do agronegócio, e luta por uma forma suprema de liberdade (MARCUSE, 1975, p. 139), de um viver sem angústia, onde possamos viver em paz conosco, com os outros e com a natureza.

Por fim, dado os limites deste resumo, registra-se de forma breve relato de experiência iniciada no Sítio Paraná, inspirada no Movimento de Camponês a Camponês Cubano, com a produção de hortaliças no sistema agroflorestal. Para tanto ingressamos em uma associação de pequenos agricultores e, de forma participativa pela Rede Ecovida, passamos a certificação orgânica da produção. Por meio da associação, discutimos com o poder público municipal, projetos e formas de viabilizar o escoamento da produção e acesso à tecnologia como implementos agrícolas adequados, já que estas são umas das maiores dificuldades do pequeno agricultor agroecológico. Essas experiências apontam para a necessidade de se discutir modelos





de recampesinação, já que no contexto da produção agroecológica observamos, inclusive, o retorno de jovens da cidade para trabalhar junto de seus pais no campo.

## REFERÊNCIAS

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARCUSE, H. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Trad. Álvaro Cabral. 6 Ed. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1975.

PLOEG, J. D. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. 1.ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp/Editora UFRGS, 2016.

SCHÜTZ, R. O deslocamento do lugar social da negação em Herbert Marcuse. **Argumentos**, v. 4, n. 1, p. 188-198, 2012.

